

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL N.º 32/2025

COMUNICADO 03

Assunto: Contratação de serviços especializados de assessoria

contábil, escrituração, fiscal, tributária, administrativos

e financeiros.

Referência: Concorrência 32.2025

Questionamento 1

Considerando que o edital já exige a Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), e considerando que é vedado a exigência de cadastros em órgão públicos, como condição de habilitação, gostaríamos de entender qual a real necessidade da exigência de cadastro no CAGEF. Isto porque, para que possamos apresentar as certidões, teremos que realizar o cadastro.

Para comprovar a idoneidade, entendemos que basta a Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.

Questionamos, pois participamos de licitações e dada a burocracia, por vezes, inviabiliza a participação, pois além das exigências de documentos que o edital traz, acaba sendo inviável realizar cadastros como condição de participação, pois na prática, a realização desses cadastros, são extremamente burocráticas.

A licitação será presencial, ou seja, não ocorrerá em nenhum portal de compras, que se faz necessário o cadastro para participação, como é o caso das licitações do estado de Minas Gerais, por exemplo.





Vejam as exigências do edital:

- 8.4.7. Prova de regularidade relativa ao CAFIMP MG, por meio de Certidão Negativa no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e
- 8.4.8. Prova de regularidade relativa ao CADIN-MG, por meio de Certidão Negativa no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais. (link: http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do);
- 8.4.9. Prova de inscrição no Cadastro Geral de Fornecedoras CAGEF do estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto Estadual de Minas Gerais nº 47.524, de 06 de novembro de 2018. (link: https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web);
- A Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações) estabelece que o registro cadastral é facultativo, podendo ser usado para facilitar a habilitação, mas não pode ser imposto como requisito obrigatório para participar do certame (artigos 66 a 70).
- O Acórdão 1622/2025 do TCU reforça que essa exigência, quando não prevista em lei, viola princípios da legalidade, isonomia e competitividade, podendo levar à anulação da licitação.

Exceções:

- Pregão eletrônico via Compras Governamentais (ComprasNet): exige cadastro no SICAF porque é uma condição técnica do sistema, não do edital.
 Sem isso, o fornecedor não consegue acessar a plataforma.
- Atividades regulamentadas (ex.: serviços que exigem registro em conselho profissional): nesses casos, o registro é legal porque está diretamente ligado à capacidade técnica exigida.





Resposta 1

A AGEVAP é uma associação de direito privado que atua na gestão de recursos públicos. Por essa razão, a Lei nº 14.133/2021 aplica-se apenas de forma subsidiária, sendo suas contratações regidas prioritariamente pelas Resoluções dos Órgãos Gestores – ANA, INEA e IGAM.

No caso específico desta contratação, há a utilização de recursos provenientes do **Contrato de Gestão firmado com o IGAM**, o qual estabelece a seguinte exigência:

Art. 11 – As contratações realizadas pelas entidades equiparadas à Agência de Bacia Hidrográfica deverão ser processadas apenas com fornecedores inscritos no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF, nos termos do Decreto nº 47.524, de 06 de novembro de 2018.

Diante disso, a AGEVAP solicita que a empresa providencie o cadastro no **CAGEF**, a fim de assegurar o pleno cumprimento da norma aplicável.

O procedimento de cadastro é realizado online e, conforme informações disponíveis no próprio sistema, é concluído em até 48 horas, não representando qualquer caráter restritivo, mas apenas o atendimento a uma exigência legal que condiciona contratações com recursos do IGAM.

Resende, 14 de novembro de 2025.

(Assinado eletronicamente) Giovana Candido Chagas Gerente Financeira

